

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS
ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP/013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Henrique Herbel de Melo Campos'.

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Balço patrimonial
Dos exercrcios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024	Passivo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	745	Fornecedores	13	4.517	14.746
Aplicações financeiras	4	-	2.301	Obrigações tributárias	14	5.643	10.231
Contas a receber	5	13.540	25.279	Obrigações trabalhistas		1.285	10.894
Estoques	6	3.929	10.700	Empréstimos	15	58.202	-
Impostos a recuperar	7	4.378	5.021	Outras contas a pagar		10.539	15.047
Participações em consórcios	8	9.475	7.824			80.186	50.918
Despesas antecipadas		72	258	Não circulante			
Outras Contas a Receber	9	28	2.771	Obrigações tributárias	14	1.290	5.975
		31.433	54.899	Provisão para demandas judiciais	16	43.805	26.576
Não Circulante				Mútuo a pagar	18	-	50.017
Contas a receber	5	126.547	178.074	Passivo diferido	17	12.550	-
Precatórios a receber	10	361.227	79.753	Partes Relacionadas	18	10.700	-
Depósitos judiciais	16	30.477	46.981			68.345	82.568
Imóveis a comercializar		840	840	Patrimônio líquido	19		
Ativo fiscal diferido	21	-	79.172	Capital social		529.895	433.878
Outras contas a receber	9	19	5.015	Prejuizos acumulados		(90.593)	(66.973)
Imobilizado	12	37.263	55.631			439.302	366.905
Intangível		25	25				
		556.399	445.491				
Total do Ativo		587.832	500.390	Total do passivo e patrimônio líquido		587.832	500.390

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações do resultado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas	20	383.234	257.028
(-) Custo dos produtos vendidos	21	(184.915)	(242.286)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		198.319	14.741
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(68.360)	(94.805)
Resultado de equivalência patrimonial		27	821
Outras receitas/(despesas) líquidas	21	(95.664)	2.279
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		34.322	(76.964)
Receitas financeiras	22	34.081	12.533
Despesas financeiras	22	(8.436)	(3.445)
(=) Resultado financeiro líquido		25.645	9.088
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		59.967	(67.877)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	23	(4.019)	
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	23	(79.568)	21.951
(=) Prejuízo do exercício		(23.620)	(45.926)
Lucro líquido por ação		(0,0007)	(0,0028)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações do resultado abrangente
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício	(23.620)	(45.926)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(23.620)</u>	<u>(45.926)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		433.878	(21.047)	412.831
Absorção do Prejuízo exercício	19.c	-	(45.926)	(45.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		433.878	(66.973)	366.905
Aumento de Capital	19.a	96.017	-	96.017
Absorção do Prejuízo exercício	19.c	-	(23.620)	(23.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		529.895	(90.593)	439.302

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
CNPJ: 48.540.421/0001-31
Demonstrações dos fluxos de caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
(=) Prejuízo do exercício		(23.620)	(45.926)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		46.842	-
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber		3.773	2.716
Depreciação e amortização	12	16.331	14.240
Provisão para contingências		17.229	(2.616)
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.286	(1.960)
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		35	6.023
Perda / Ganho na alienação de investimento		(27)	821
		<u>62.849</u>	<u>(26.702)</u>
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		2.301	700
Contas a receber		16.423	17.991
Estoques		6.772	876
Precatórios a receber		(281.474)	94
Impostos a recuperar		643	35
Participações em consórcios		(1.652)	9.885
Despesas antecipadas		186	172
Outras contas a receber		86.938	8.108
Depósitos judiciais		16.504	(129)
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		(10.229)	854
Obrigações tributárias		(9.274)	(4.129)
Obrigações trabalhistas		(9.609)	4.755
Outras contas a pagar		8.043	(17.953)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>(174.428)</u>	<u>21.259</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(284)	(32.563)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		<u>(284)</u>	<u>(32.563)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	19.a	96.017	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	10.700	-
Mútuo com partes relacionadas	18	(50.017)	38.017
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	15	54.429	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		<u>111.129</u>	<u>38.017</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(734)</u>	<u>12</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	745	733
No fim do exercício	4	11	745
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>(734)</u>	<u>12</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 26, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 11 de abril de 1968.

A Companhia tem por objeto social a construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfálticas e outros minerais, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades tendo início de sua operação em junho de 1968.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de março de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 14 - Provisão para demandas judiciais.
- Nota 20 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.6.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.7. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.8. Operações em conjunto (Consórcios)

A Companhia possui participações em consórcios, cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da Companhia e suas controladas, assim como dos outros participantes dos consórcios, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica.

A Companhia registra em suas demonstrações contábeis sua parcela proporcional de sua participação em cada consórcio dos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas nos consórcios.

3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil (“impairment”).

3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.14. Impostos Indiretos Diferidos a pagar sobre precatórios

Companhia detém créditos oriundos de precatórios, próprios, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado contra entes públicos. Tais ativos são classificados como outros ativos, conforme sua natureza econômica e forma de realização. A realização desses créditos pode ocorrer por:

- recebimento financeiro junto ao ente público;
- cessão a terceiros; ou
- operações estruturadas.

Dependendo da forma de realização, podem surgir obrigações relacionadas a tributos indiretos, cuja incidência ocorre no momento da efetiva realização do ativo.

O tratamento contábil adotado pela Companhia está fundamentado nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), em convergência com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IFRS).

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

3.16. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.17. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.18. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia.

3.18.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025:

3.19.1. CPC 18 (R3) – “Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial”;

Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.19.2. ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”;

A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia.

3.19.3. Revisões do CPC 02 (R2) – “Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio”;

Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício.

3.20. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos conta movimento	11	745
Aplicações financeiras (a)	-	2.301
	<u>11</u>	<u>3.046</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contas a receber de terceiros	186.929	220.299
Medições a faturar (a)	-	20.146
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(46.842)	(37.092)
	<u>140.087</u>	<u>203.353</u>
Circulante	13.540	25.279
Não circulante	126.547	178.074

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização.

6. ESTOQUES

	2025	2024
Estoque (a)	3.929	10.700
	<u>3.929</u>	<u>10.700</u>

(a) São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
ICMS	95	-
PIS	200	1.172
COFINS	924	290
CSLL	308	28
IRPJ	456	1.136
INSS	2.395	2.395
	<u>4.378</u>	<u>5.021</u>

Os créditos são oriundos da operação da Companhia.

8. PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS

Consórcios	2025	Aporte / Devolução	Apropriação	2024
Belo Monte	6.058	2	234	6.294
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)
ROMA	6.341	-	7	6.348
CPTM - Linhas A – F	1.981	82	-	2.063
BR 135	(1.951)	2	(32)	(1.981)
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)
ETE Alcantara – SAG	(1.446)	778	(665)	(1.333)
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.252)	-	-	(6.252)
Sabesp	10.304	131	196	10.631
Outeirinhos	(920)	28	(9)	(901)
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.743)	12	-	(4.731)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	-	-	3.964
DNIT Duplicação BR 101	(4.314)	-	-	(4.314)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.417)	-	(4)	(2.421)
ETE Bom Sucesso	1.106	-	-	1.106
Túnel Mogi	94	8	-	102
Trilhos Metropolitanos	6.270	1.215	(423)	7.062
Outros consórcios	5.500	(1.930)	(26)	3.544
	<u>14.094</u>	<u>328</u>	<u>(722)</u>	<u>13.700</u>
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)			(4.225)
	<u>9.869</u>	<u>328</u>	<u>(722)</u>	<u>9.475</u>

Consórcios	2024	Aporte / Devolução	Apropriação	2023
Belo Monte	5.821	(1)	(179)	6.001
Metro Linha 5	(5.154)	-	-	(5.154)
ROMA	6.334	-	2	6.332
CPTM - Linhas A – F	1.899	83	-	1.816
BR 135	(1.921)	405	(91)	(2.235)
Linha 9 Esmeralda	(327)	-	-	(327)
ETE Alcantara – SAG	(1.559)	513	(485)	(1.587)
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	(6.252)	-	-	(6.252)
Sabesp	9.977	42	(32)	9.967
Outeirinhos	(939)	(17.750)	6.822	9.989
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(4.755)	33	-	(4.788)
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.964	-	-	3.964
DNIT Duplicação BR 101	(4.314)	193	-	(4.507)
BR 364	-	2.143	-	(2.143)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(2.413)	-	(3)	(2.410)
ETE Bom Sucesso	1.106	-	-	1.106
Túnel Mogi	86	48	(45)	83
Trilhos Metropolitanos	5.478	1.185	(1.821)	6.114
Outros consórcios	5.017	(1.112)	164	5.965
	<u>12.049</u>	<u>(14.217)</u>	<u>4.332</u>	<u>21.934</u>
Provisão para perdas com encerramentos de consórcios	(4.225)			(4.225)
	<u>7.824</u>	<u>(14.217)</u>	<u>4.332</u>	<u>17.709</u>

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Outros Créditos a receber	-	2.677
Outros adiantamentos	28	93
Opções de compra de ações (a)	-	4.995
Outros	19	21
	<u>48</u>	<u>7.786</u>
Circulante	28	2.771
Não Circulante	19	5.015

(a) O montante corresponde a antecipação para o direito de compra das ações de Marcos A. Castro.

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

	2025	2024
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	-	70.241
Prefeitura de Cotia	2.516	2.516
Prefeitura de Osasco(b)	-	3.025
AGETOP (b)	-	1.211
DER/GO (b)	-	2.760
DERSA (c)	355.587	
Estado do Rio Grande do Sul (b)	3.124	-
	<u>361.227</u>	<u>79.753</u>

(a) O precatório a receber do DER/SP decorre de contratos de obras firmados pela Serveng, cujos créditos foram constituídos em 1997, com vencimento final em 31 de dezembro de 2010. Em decorrência de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), transitada em julgado, restou reconhecido que o montante correspondente ao referido precatório já havia sido liquidado em exercícios anteriores. Dessa forma, procedeu-se ao reconhecimento da baixa integral do respectivos contas a receber.

(b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos, que tiveram o recebimento em 2025.

(c) Em 28 de julho de 2025, a Companhia obteve decisão favorável no processo judicial nº 1064179-34.2018.8.26.0053, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cujo objeto refere-se a reequilíbrio financeiro.

A referida decisão transitou em julgado em 2025, não cabendo mais recursos pelas partes, consolidando o direito creditório da Companhia perante o ente público Desenvolvimento Rodoviário S.A. - Dersa.

Em decorrência do trânsito em julgado, foi expedido precatório no valor histórico de R\$355.587 mil, atualizado até a data-base de 30/09/2022, nos termos da legislação aplicável, especialmente o artigo 100 da Constituição Federal do Brasil.

Reconhecimento Contábil

O crédito decorrente do precatório foi reconhecido no ativo da Companhia na rubrica de:

- Ativo Não Circulante – Créditos a Receber – Precatórios

O reconhecimento observou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), considerando que:

- O direito é certo, líquido e exigível;
- Não há mais incerteza jurídica quanto à sua realização;
- A mensuração é confiável.

O valor encontra-se atualizado monetariamente conforme índices definidos na decisão judicial até a data das demonstrações financeiras.

Prazo e Expectativa de Recebimento

O pagamento do precatório observará a ordem cronológica e a disponibilidade orçamentária do ente público devedor, conforme regras constitucionais vigentes.

Dessa forma, embora o direito esteja definitivamente constituído, o prazo para recebimento financeiro depende do cronograma oficial de pagamento de precatórios.

Riscos Associados

A Administração avalia que o risco de perda é inexistente, considerando o trânsito em julgado. Todavia, existe risco relacionado ao prazo de liquidação financeira, sujeito a eventuais postergações decorrentes do regime de pagamento aplicável ao ente devedor.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

O reconhecimento do crédito impactou positivamente o resultado do exercício no montante de R\$355.587 mil.

11. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

	2025	2024
Investimentos por equivalência patrimonial (a)	-	-
Incorporação	-	-
Participações em sociedades em conta participação (b)	15.998	15.998
(-) Aporte a capitalizar	(1.193)	(1.193)
(-) Provisão para perda de investimentos (C)	(14.805)	(14.805)
	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas
- (b) Participação na empresa Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A., com investidor tendo a obrigação de aportar.
- (c) O montante corresponde a provisão para perda de investimento realizada na SCP Mendes Junior – TRSF, devido a sua recuperabilidade, do investimento.

12. IMOBILIZADO

	2025	2024
Máquinas e equipamentos	15.681	24.158
Veículos	15.707	25.040
Edifícios e construções	1.974	2.161
Benfeitorias	3.457	3.711
Móveis e utensílios	238	267
Equipamentos de informática	206	294
	<u>37.263</u>	<u>55.631</u>

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Descrição	Taxa	2025	Adições	Baixas / Transf	2024	Adições / Transf	Baixas / Transf	2023
Custo								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	144.572	205	(8.894)	153.261	15.382	(12.821)	150.700
Veículos	10 a 25	66.317	50	(20.483)	86.750	14.920	(9.976)	81.806
Edifícios e construções	2,8	11.439	-	-	11.439	-	-	11.439
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	5.946	-	-	5.946	1.968	-	3.978
Móveis e utensílios	10	3.244	17	(189)	3.416	162	-	3.254
Equipamentos de informática	20	5.996	13	-	5.983	131	(1)	5.853
Imobilização em Andamento		-	-	-	-	-	(2.046)	2.046
Total do Custo	-	237.514	285	(29.565)	266.795	32.563	(24.844)	259.076
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(128.891)	(6.963)	7.175	(129.103)	(6.500)	12.321	(134.924)
Veículos	10 a 25	(50.610)	(8.799)	19.899	(61.710)	(7.039)	9.912	(64.583)
Edifícios e construções	2,8	(9.465)	(187)	-	(9.278)	(188)	-	(9.090)
Instalações e Benfeitorias	4 a 25	(2.489)	(254)	-	(2.235)	(335)	-	(1.900)
Móveis e utensílios	10	(3.006)	(46)	189	(3.149)	(50)	-	(3.099)
Equipamentos de informática	20	(5.790)	(101)	-	(5.689)	(86)	-	(5.603)
		(200.251)	(16.350)	27.263	(211.164)	(14.198)	22.233	(219.199)
		37.263	(16.065)	(2.303)	55.631	18.365	(2.611)	39.877

13. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2025	2024
Fornecedores Serviços	4.156	9.585
Material	271	4.866
Outros	90	295
	<u>4.517</u>	<u>14.746</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se a prestações de serviços e materiais designados a construção Civil. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
Parcelamentos tributários (a)	6.275	11.949
ISS	25	1.262
COFINS	75	6
PIS	15	1
ICMS	-	-
Outros	543	2.988
	<u>6.933</u>	<u>16.206</u>
Circulante	5.643	10.231
Não Circulante	1.290	5.975

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – 1ª EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIAS

Correspondem às obrigações da Companhia a instituições financeiras, conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	2025	2024
Notas Comerciais (a)	53.773	-
Conta Garantida	4.429	-
Saldo contábil	<u>58.202</u>	<u>-</u>

Movimentação

2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	2025
-	50.000	3.773	-	53.773

(a) Em 02 de julho de 2025, a Companhia realizou a 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, nos termos do respectivo Termo de Emissão.

A operação foi estruturada de acordo com:

- a Lei nº 6.404/1976;
- a Lei nº 14.195/2021 (que disciplina a nota comercial escritural);
- a Comissão de Valores Mobiliários;
- a Resolução CVM nº 160/2022.

O montante total da emissão foi de R\$ 50.000.000,00, com vencimento final em 04 de julho de 2026.

A emissão foi reconhecida inicialmente pelo valor justo líquido dos custos de transação, nos termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente: CPC 48 (Instrumentos Financeiros), CPC 39 e CPC 26.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação incorridos foram deduzidos do valor captado e apropriados ao resultado ao longo do prazo da operação, pelo método da taxa efetiva.

16. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Natureza	2025	2024
Processos Trabalhistas	5.793	5.234
Processos Cíveis	28.921	12.104
Processos Tributários	1.084	9.238
	8.007	-
	<u>43.805</u>	<u>26.576</u>

16.1. Ações das possíveis

A Companhia possui processos judiciais e administrativos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, para os quais não foi registrada provisão, conforme determina o CPC 25.

16.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.1.2. Ações cíveis

A Companhia é parte em ações de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$316.184 em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$124.076mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.1.4. Ações trabalhista

A Companhia é parte em ações trabalhistas através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$16.995mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.1.5. Ações Administrativas

A Companhia é parte em ações trabalhistas através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$124.076mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

16.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais relacionados às contingências encontram-se registrados no ativo não circulante.

Natureza	2025	2024
Processos Trabalhistas	7.261	7.291
Processos Cíveis	10.809	5.861
Processos Tributários	8.011	29.427
Outros	4.396	4.402
	<u>30.477</u>	<u>46.981</u>

17. PROVISÃO DE IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconhece passivos por impostos indiretos diferidos quando existe uma obrigação presente decorrente de evento passado, reconhecimento do precatório.

Esses passivos não se enquadram, estritamente, como tributos sobre o lucro, sendo reconhecidos com base no CPC 25, considerando o conceito de obrigação presente.

O diferimento decorre do fato que a incidência tributária ocorre no momento da realização do ativo, enquanto o reconhecimento contábil é antecipado pelo regime de competência.

Natureza	2025	2024
Pis	2.235	-
COFINS	10.315	-
	<u>12.550</u>	<u>-</u>

18. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)	
	2025	2024
Soares Penido (a)	-	50.017
Itaguaçu (b)	10.700	-
	<u>10.700</u>	<u>50.017</u>

- (a) Os saldos correspondem a valores a pagar referente a mútuo com a sua controladora, não havendo incidência de juros;
- (b) O saldo corresponde, a Controladora que realizou aportes financeiros na Controlada no exercício de 2025, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$10.700mil.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

19. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$529.895 mil em 31 de dezembro de 2025, está representado por 32.348.291 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em razão do prejuízo da Companhia, o valor foi absorvido pelo prejuízo contábil do período, conforme DMPL.

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apurou prejuízo contábil de R\$23.620, absorvido pelos prejuízos acumulados, perfazendo o montante de R\$90.593 mil em 31 de dezembro de 2025 (de R\$66.973 mil em 31 de dezembro de 2024):

	2025	2023
Saldo inicial	(66.973)	(21.047)
Lucro / Prejuízo do exercício	(23.620)	(45.926)
Prejuízo acumulado líquido	<u>(90.593)</u>	<u>(66.973)</u>

20. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2025	2023
Receitas		
Receita de Serviço	397.900	116.317
Venda de produtos minerais	44	
Impostos sobre faturamento	(14.710)	(6.205)
Receita líquida	<u>383.234</u>	<u>110.112</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela prestação de serviço executada. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	2025	2024
Depreciação e amortização	(16.331)	(14.240)
Custo do produto vendido	(2.949)	(3.052)
Custo com mão de obra	(70.566)	(89.126)
Serviços de terceiros	(68.224)	(88.051)
Despesas com pessoal	(9.293)	(20.033)
Despesas com serviços	(31.622)	(57.214)
Despesas tributárias	(5.284)	(2.504)
Baixa de ativo imobilizado	186	570
Aluguel	(7.436)	(8.664)
Outros	(137.421)	(52.498)
	<u>(348.939)</u>	<u>(334.813)</u>
Classificação por Função	2025	2024
Custo do produto vendido	(184.915)	(242.286)
Despesas administrativas (i)	(68.360)	(94.805)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(95.664)	2.279
	<u>(348.939)</u>	<u>(334.813)</u>

(i) Inclui a depreciação.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	800	448
Juros sobre precatórios	32.590	11.311
Descontos obtidos	691	774
	<u>34.081</u>	<u>12.533</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(62)	(86)
Juros incorridos	(3.808)	(2.716)
Juros s/ empréstimos	(3.773)	-
Outras despesas financeiras	(793)	(643)
	<u>(8.436)</u>	<u>(3.445)</u>
Total	<u>25.645</u>	<u>9.088</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	2025	2024
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Diferenças temporárias	(80.040)	(745)
Prejuízos fiscais	314.064	(78.427)
Total diferido ativo	<u>234.024</u>	<u>(79.172)</u>
Passivo		
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Exclusões temporárias de órgãos públicos	-	-
Depreciação valor justo	-	-
Atualização precatórios	-	-
Outras exclusões e adições	-	-
Total diferido passivo	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(234.024)</u>	<u>(79.172)</u>
IR e CS correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	59.967	-
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL	-	-
IR e CSLL sobre result. de partic. societárias	-	-
Outras Adições/exclusões permanentes	(77.020)	-
Prejuízo fiscal compensado	5.093	-
Diferenças temporárias	15.979	-
IR e CSLL corrente	<u>4.019</u>	<u>-</u>
IR e CS diferido		
IR e CSLL sobre result. de partic. Societ	-	-
Outras Adições/exclusões permanentes	(234.024)	47.777
Diferenças temporárias	-	16.785
	<u>-</u>	<u>16.785</u>
Alíquota combinada de IR e CS	34%	34%
IR e CSLL diferido	<u>79.568</u>	<u>(21.951)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

24.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

24.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>
Fornecedores	4.517	-	-
Empréstimos	58.202		

24.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

24.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R\$140.098 (R\$206.399 em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

24.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

24.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	11	745	11	745
Aplicações financeiras	-	2.301	-	2.301
Contas a receber	140.087	203.353	140.087	203.353
Outras contas a receber	48	7.786	48	7.786
Total	140.146	214.185	140.146	214.185
Passivos financeiros				
Fornecedores	4.517	14.746	4.517	14.746
Empréstimos	58.202	-	58.202	-
Outras contas a pagar	10.539	15.047	10.539	15.047
Total	73.258	29.792	73.258	29.792

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2025		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Contas a receber	140.087	-	-
Outras contas a receber	48	-	-
Total	140.146	-	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	4.517
Empréstimos	-	-	58.202
Outras contas a pagar	-	-	10.539
Total	-	-	73.258

	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	745	-	-
Aplicações financeiras	-	2.301	-
Contas a receber	203.353	-	-
Outras contas a receber	7.786	-	-
Total	<u>211.884</u>	<u>2.301</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	14.746
Outras contas a pagar	-	-	15.047
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.792</u>

24.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
CRC 1 SP 252875/O-1
Contador